

ABORDAGEM PEDAGÓGICA NA EXPERIÊNCIA LAGEANA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

*Eu sempre sonho que uma coisa gera,
nunca nada está morto.
O que não parece vivo, aduba.
O que parece estático, espera.*

Adélia Prado

A BUSCA DE UMA OPÇÃO PEDAGÓGICA

Que sentido tem, neste encontro, falar das abordagens pedagógicas realizadas na rede municipal de Lages, em experiências de seu governo de trinta anos atrás, com este grupo de professores e seus atuais gestores e cuja maioria nem nos conheçam?

Esta reflexão não quer vir carregada de saudosismo ou da pretérita e equivocada pretensão de imaginar que esta abordagem possa ser um modelo a se repetir.

Esta fala busca poder recuperar parte de um diálogo interrompido por circunstâncias históricas que nos levaram ao distanciamento físico.

Afirmar também a convicção de que o compromisso do educador se faz *na terra de todos os homens*, somos todos responsáveis pela educação que aqui ou acolá se pratica, independentemente de nosso lugar de inserção ou do grau de amizade que nos una.

Conduzida por estas intenções, apresento-me para os novos e antigos companheiros e tento me reportar aos idos de 1970 para retomar alguns dos principais eixos e finalidades da Educação, que se decidiu praticar na Rede Municipal, quando das Administrações Públicas em governos de Juarez Furtado e Dirceu Carneiro.

O tempo e as circunstâncias históricas foram bem demarcados na fala do Manuel.

Penso ser indispensável no recorte pedagógico que me cabe fazer dessas experiências administrativas, afirmar que a educação é sempre uma força social entrelaçada com outras forças sociais. Nem

caudatária, nem redentora. Tem funções próprias, porém, integra um conjunto de forças e, por isso, situada.

Toda contextualização demarca possibilidades e limites expressos nos atos e decisões dos atores inseridos no processo social, que se realiza num momento determinado.

Na primeira experiência à frente da educação municipal, tenho a humildade de reconhecer que nossa contribuição, ainda que rigorosamente voltada para interesses públicos, fez-se orientar por decisões mais pessoais de que coletivas. Éramos recém chegados a Lages. Nosso batismo em administração pública na terra ainda estava por acontecer. É preciso tempo para ser aceito. É indispensável ser admitido e conhecer a gente da terra, suas práticas sociais, para nos fazermos agentes e parceiros do processo de educação que nela se gerencia. Especialmente, é preciso vontade política para construir uma gestão coletiva e democrática com os diversos atores que podem compor uma experiência administrativa.

Eu, particularmente, tinha experiências ligadas à sala de aula, sem qualquer lastro de trabalho comunitário. Foi com a visão de professora que ajudei a mapear as escolas da Rede, na sua centena de unidades dispersas e precárias, na dura realidade de seu isolamento cultural e territorial da Lages de então. O território municipal na época contava com mais de 7 mil quilômetros quadrados.

Constatávamos a distância de qualificação que separava os nossos quadros administrativos dos quadros escolares, compostos na sua grande maioria por professores leigos. Defendíamos a necessidade de intervenção na prática escolar por meio de materiais preparados no órgão gerenciador da rede.

1973. A construção do primeiro projeto político-pedagógico refletia, pois, a necessidade de oferecer qualidade ao ensino municipal, mediante a produção de materiais prontos para serem aplicados no dia a dia pelos professores em suas salas de aula, majoritariamente multisseriadas.

Essa construção refletia a leitura que fazíamos dessa realidade. Leitura em que predominava o entendimento de que a modificação da realidade escolar se daria através da ação externa sobre ela, ou seja, do órgão administrativo aos seus professores.

As ações administrativas passavam a recair predominantemente sobre a dimensão material e física das escolas. Melhores condições dos prédios dariam mais dignidade ao trabalho dos seus professores. Trazê-los à cidade para reuniões regulares oportunizariam trocas pessoais e coletivas e atualização. O recebimento de um punhado de sugestões escritas de trabalho para a sala de aula e atividades para serem executadas pelos alunos produziriam um ensino melhor.

Esses critérios pedagógicos e convicções políticas orientaram a proposta pedagógica no primeiro governo do MDB. Nossa contribuição inicial teve, portanto, um caráter voltado para os aspectos funcionais e físicos da rede escolar. O processo decisório era centralizado no órgão administrativo e a perspectiva política marcadamente assistencialista.

1977. Mudava a administração pública. Era a segunda gestão do partido político no poder. Seus quadros assumiam o desafio de se diferenciar da anterior, orientando-se por critérios públicos e populares. Diferenciação que se daria no esforço de superar os limites impostos por um gerenciamento municipal assistencialista e centralizado. Alterava-se o jogo de relações entre os atores da administração e a população.

A nova gestão decidia incorporar uma nova e plural equipe de técnicos e agentes comunitários, como integrantes do quadro de discussão sobre os destinos e ações do governo local. O lastro de critérios para conceber a proposta pedagógica da rede escolar se ampliava com a presença da comunidade nas instâncias decisórias e passava a refletir os interesses populares.

Como governo era preciso propor. Mas para se fazer democrático era necessário construir a participação. Os gestores públicos tinham a função de fixar rumos. Os atores sociais: professores, alunos, comunidade, artesãos e artistas dariam vida e proporiam caminhos e práticas para atingir esses rumos.

A história da educação local passou a ser história de parcerias, avanços e recuos, em favor da finalidade pedagógica essencial - a humanização. A escola passava a ser espaço de apresentação e manifestação do homem lageano.

A administração pública das escolas foi abandonando as práticas assistencialistas de fornecimento de materiais didáticos prontos e passou a investir em outras estratégias.

Paradoxalmente denominadas Cartilhas de Bairro, surgiam as novas produções de apoio ao trabalho escolar para um novo momento administrativo.

Apesar da denominação, não se tratavam de manuais de ação, de cartilhas propriamente. Na forma gráfica de livretos traziam conjuntos temáticos, reflexões sobre o ato de ensinar a ler e a escrever, chamando o coletivo dos professores a recriar e assumir suas práticas de modo a torná-las experiências vivas, plásticas e políticas, na medida do envolvimento dos sujeitos em seus modos de ser, de fazer, de estar no mundo e de se construir como lagueanos.

Essas orientações, idéias norteadoras estruturadas em pequenos folhetos, circulavam pelas escolas. Eram também tomadas como ponto de partida para animar debates, estimular iniciativas, referenciar observações e emulações em visitas às escolas, pelo grupo de “supervisoras”.

Todo o ensino, desde a alfabetização, queria ser orientado por palavras vivas. Vivas porque expressão dos modos de fazer, sentir e compreender das crianças e das comunidades, que elas traziam consigo.

Apoiados nessas intenções a equipe da Educação elegeu três Eixos Temáticos e Finalidades para compor o seu Plano Pedagógico em consonância com o novo papel, que o governo municipal se propunha a realizar em Lages.

UM PLANO PEDAGÓGICO PARA UM NOVO TEMPO

Humanização. A maior e mais complexa finalidade da educação escolar. Ensinar conteúdos universais a todos os homens, e propor-lhes a ética e a liberdade através dos conteúdos, segundo o modo de ser e inserir-se de cada um e do seu coletivo. Portanto, um instrumento, empregado a cada tempo, com os homens de cada lugar.

Eram idéias-força do novo governo: participação popular, competência técnica e política dos quadros administrativos no encaminhamento de propostas públicas; organização de equipes em

diferentes áreas da administração, aproximando a prefeitura da vida e necessidades comunitárias.

Nesse contexto, a Educação encontrou sua proposta de trabalho para representar pelo ensino as grandes idéias motrizes do governo municipal e atingir a finalidade maior da educação escolar.

Essa proposta se organizou através da identificação de três grandes eixos que orientavam as ações da administração escolar e apontariam as opções curriculares e práticas escolares de seus professores, com seus alunos e comunidade.

Expressão – o primeiro grande eixo. Dar voz ao povo, através de seus filhos, os alunos. Voz, aos servidores presentes nas escolas – professores, merendeiras. Aos pais, agentes comunitários, artífices e artistas populares, com presença nas escolas.

A linguagem popular passou a ser o ponto de partida de compreensão do mundo, enquanto caminho de escolarização, de apreensão de conteúdos.

Assumir-se como lageano. Conhecer a história da humanidade a partir da história de sua gente e de seu lugar.

Escrever, ler, encenar, dançar, trançar, chimarrear, apresentar-se em público, declamar, expor suas produções, desenhar, fabricar bonecos, reunir-se para fazer da escola um centro da comunidade, eram algumas das inúmeras formas de dar sentido político e pedagógico ao eixo Expressão.

Saúde – fazer acontecer a escola como espaço de convivência e trocas em favor da saúde como equilíbrio de fatores e qualidade de vida. Estar bem física, emocional, socialmente. Alimentar-se. Aprender. Ser reconhecido. Reconhecer o outro. Plantar e colher. Saber cuidar-se. Produzir com as mãos e com a inteligência.

Acolher o outro, o adulto educador – professor, o violeiro, o artesão, o instrutor de danças gauchescas, sentir-se na escola como na comunidade – participante e feliz. Com saúde.

O terceiro eixo – **o Trabalho**. O trabalho como instrumento e prerrogativa humana, pelos quais são expressas as capacidades de criar, transformar, modelar sonhos e sociedades, de fazer história.

O trabalho que mobilizava com entusiasmo as equipes da prefeitura, aproximando-as de frentes de serviço ou de eventos comunitários era também idéia geradora no modo de ensinar.

- Trabalho como meio de aprender. Aprender fazendo. Aprender querendo aprender. Aprender como resultado de esforço e disciplina.
- Trabalho em sala de aula ou nas oficinas (com a produção de alimentos, na fabricação de bonecos, nos ensaios das danças e música).
- Trabalho como meio de apresentação pública nos Festivais do Folclore, nas Mostras do Campo, nas exposições e acolhidas às visitas nas escolas.
- Trabalhar inserindo a escola em projetos comunitários como o da Habitação popular, Programações festivas ou eventos de teatro e poesia, promovidos pela Prefeitura.

Essas idéias geradoras eram também finalidades que a educação local procurou perseguir.

Evidentemente que o seu alcance e profundidade sofreram efeito de continuidade. O tempo da administração pública condiciona-se às pessoas e ideários que as movem e as propostas passam para muitos; para alguns outros, ficam como referências e presentes em questionamentos: que idéias geradoras procurar enfatizar? Como tornar o ensino um instrumento de compreensão da realidade? Como preparar para a participação política e profissional? Como promover a formação integral?

A CONSTRUÇÃO DE UMA EQUIPE DE EDUCADORES

Duas experiências administrativas. Dois tempos distintos em cenários locais e nacionais em mudança. Duas propostas de trabalho escolar. Modos diversos de compreender e interagir com os profissionais da educação.

A formação dos agentes e profissionais refletia em cada experiência o esforço para materializar com as pessoas os princípios norteadores do seu projeto pedagógico.

A formação da equipe de educadores - agentes e atores da organização e funcionamento escolar - fundava-se na concepção de Escola desses sujeitos.

De algum modo, ao longo desta fala, dei a conhecer as formas e as mudanças que se processaram nas concepções político-pedagógicas dos gestores públicos, no que se refere às estratégias de ação e formação dos professores e atores todos da educação municipal.

Nesta oportunidade, limito-me a afirmar aqui que a gestão democrática da Educação implica em pensar a escola como lugar de socialização, de participação, de interação, de reciprocidade, de autonomia, de valorização profissional, de ampliação do poder decisório a todos os segmentos da comunidade escolar, onde se realiza um processo de formação continuada.

A aproximação ou o distanciamento desse ideal pelos atores da educação depende da concepção de Escola Pública. Essa escola, como instituição da modernidade, só se torna possível através da formação de seus profissionais e da superação dos limites intra-muros da escola. Formação que é o processo de compreensão do papel social do educador, balizado entre possibilidades e os limites profissionais; bem como um processo de gestão das relações e conflitos no interior da comunidade educativa.

REAVALIANDO A PERTINÊNCIA DESSA PROPOSTA

Fechando esta contribuição como pedagoga e visitante em terras lageanas, terra de nossos filhos e de tantos companheiros, lugar onde aprendi a compreender e trabalhar pela Escola Pública de Qualidade, quero:

- Agradecer a oportunidade de retomar idéias e experiências tão fortes e significativas para as nossas vidas de profissionais e cidadãos.
- Reafirmar com o poema do início desta fala que vivemos nesta terra e sua gente um “sonho” que permaneceu pulsante e alentador, animando nossas ações e consciências, mesmo longe daqui, em favor sempre de uma sociedade mais justa e fraterna.
- Recuperar a lição de sabedoria dos versos do poeta – nada do que foi vivo e justo morre. Não há como reproduzir os sonhos. Porém eles

permanecem latentes, à espera de poder animar outros amanheceres,
em novos corações, sob outras inspirações.

Sônia Firette Nunes da Silva
soniafirette@gmail.com

(Palestra proferida no Encontro com Professores, promoção do
SINPROEL, dia 26 de maio de 2010)